

ANC 88
Pasta Jur
058/1985

Righi pode forçar discussão de sua emenda para impedir a votação hoje

12 JUN 1985

Do Sucursal de Brasília

O deputado federal Gastone Righi (PTB-SP), 49, vai decidir, hoje de manhã, se admite a votação da proposta de emenda constitucional de sua autoria (convocando a Constituinte para 1986), ou se tenta fazer com que seja votada somente amanhã. O deputado está preocupado com a possibilidade de não haver quorum para hoje.

"Se eu perceber que os partidos da Aliança Democrática — o PMDB e o PFL — estão trabalhando para impedir a votação, passarei a trabalhar pela votação na quinta-feira", prometeu ontem Gastone Righi. Ele disse que não haverá dificuldade para conseguir o adiamento de um dia para o outro. E deixou implícito que já tem em mente algumas

manobras para esse adiamento com o objetivo de forçar uma discussão mais extensa da proposta. "Só isso já será suficiente", explicou.

Prolongando a discussão da proposta nas sessões da manhã e da noite de hoje do Congresso Nacional, o deputado fará com que a votação fique para amanhã. Mas antes de tentar a manobra ele continuará averiguando, voto por voto, o número de congressistas que já estejam em Brasília e dispostos a votar a favor da sua proposta de emenda. Até ontem, segundo os cálculos da assessoria de Gastone Righi, estavam na Capital apenas 120 congressistas, entre senadores e deputados.

Os líderes da Aliança Democrática

estão se comportando com cautela em relação à proposta de Righi. Consideram-na "incompleta", mas não trabalham ostensivamente contra ela. Na prática, a emenda Gastone Righi convoca a Assembleia Nacional Constituinte para a mesma data que interessa ao governo, 15 de novembro de 1986. O único entrave real é que essa convocação é feita pelo Legislativo, evitando assim que o Executivo tome a iniciativa.

O PT, o PDT, o PTB e boa parte do PDS apóiam a proposta de Righi. Mas não se observou, nesta semana, nenhum esforço especial de todos esses partidos para colocar no plenário, amanhã, pelo menos a maior parte dos 320 deputados e dos 46 senadores necessários à aprovação da emenda.

A proposta estabelece regras para a Constituinte

Do Redação da Folha

A proposta de emenda constitucional do deputado federal Gastone Righi (PTB-SP), 49, convocando eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 15 de novembro de 1986, foi elaborada em 1983 e entrou em regime de tramitação em 1984. A emenda Righi não define apenas as regras de instalação da Constituinte, mas também estabelece suas normas de funcionamento.

Quanto à instalação, a emenda propõe que os congressistas eleitos em 1986 e os senadores eleitos em 1982 — cujos mandatos vão até 1990 — sejam investidos de poderes especiais para elaborar a nova Carta.

Este Congresso formaria um único poder, exercendo suas funções constituintes durante o primeiro ano da legislatura (1987), acumulando também suas funções legislativas ordinárias.

Segundo a proposta, se não houver disposição em contrário na nova Constituição, a reinstalação das duas Casas separadamente (Câmara dos Deputados e Senado Federal) acontecerá após a aprovação do novo texto constitucional, em 1º de fevereiro de 1988.

Funcionamento

Para disciplinar os trabalhos da

Constituinte, a emenda propõe que a Mesa Diretora — que terá a mesma composição de cargos da atual Mesa do Senado — edite um regimento interno e designe os membros das comissões técnicas às quais serão submetidas as propostas dos constituintes. Estas propostas serão votadas em dois turnos e a emenda estabelece que a aprovação se dê através de maioria absoluta dos presentes nos dois escrutínios. Mas será vetada qualquer proposta ou deliberação que venha a abolir a Federação ou a República (como já estabelece o artigo 47, parágrafo 1º, da atual Constituição).

Petistas levam ao Congresso seu projeto

Do Sucursal de Brasília

A direção nacional do PT, liderada por Luís Inácio Lula da Silva, 39, entregou ontem aos presidentes da Câmara e do Senado, Ulysses Guimarães e José Fragelli, o projeto de emenda constitucional que o partido apresentará, estabelecendo o dia 1º de março de 1986 para a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, cujos trabalhos começariam no dia 21 de abril seguinte.

O projeto do PT prevê o funcionamento simultâneo da Constituinte com o Congresso Nacional, permitindo que os atuais parlamentares se candidatem à elaboração da futura Constituição. A eleição seria precedida da criação de conselhos municipais em todo o País, a serem eleitos no próximo dia 15 de novembro, juntamente com os prefeitos das capitais e demais municípios que estão recuperando sua autonomia.

"Um Congresso com poderes constituintes não é a mesma coisa do que uma Assembleia Nacional Constituin-

te", disse o professor Hélio Bicudo, 63, ao explicar a diferença entre as propostas do PT, do governo e do deputado petebista Gastone Righi.

A emenda constitucional que o PT apresentará — e que já está em fase de coleta de assinaturas — possui dez artigos. Além de prever as datas de eleição e instalação da Constituinte, o projeto, entre outros pontos, revive o sistema de votos proporcionais à população de cada Estado, abolido pelo "pacote de abril", em 1977, extingue a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Greve e a Lei de Imprensa. "Não é possível ficar esperando o Poder Executivo determinar as regras da Constituinte", afirmou Lula.

Sarney não recebe

A direção do PT tentou, em vão, ser recebida pelo presidente José Sarney, mas não obteve resposta ao seu pedido de audiência, feito há vinte dias. "Não queremos ir ao Presidente pedir emprego, mas sim discutir assuntos de interesse nacio-

nal. A ideia que a imprensa dá é que o presidente da República recebe todo mundo, mas não é bem assim. Aos amigos dão tudo; aos inimigos, a lei", acrescentou Lula. Ele criticou a formação da comissão pré-Constituinte: "Uma meia dúzia de notáveis não pode substituir 130 milhões de brasileiros".

Segundo Lula, "não pode existir momento melhor para o pacto político proposto pelo presidente José Sarney do que este: a futura Constituição será o grande pacto do País. E a este o PT estará subordinado, mesmo que suas teses não prevaleçam".

O projeto do PT define, ainda, como de atribuição do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a instalação da Assembleia Nacional Constituinte e as instruções complementares à realização da eleição e garante a propaganda eleitoral gratuita em todos os meios de comunicação, proibindo qualquer tipo de veiculação paga.